

# AL NOTÍCIAS



**Impresso Especial**  
99145-7/2007-DR/SC  
ALESC  
CORREIOS

Distribuição gratuita

## População se mobiliza por Defensoria Pública em SC

Parlamento recebe primeiro projeto de iniciativa popular, com adesão de 48 mil assinaturas

Representantes de movimento sociais e populares entregaram, dia 30 de junho, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular a tramitar no Parlamento catarinense, assinado por mais de 48 mil cidadãos. A matéria defende a implantação da Defensoria Pública no estado de acordo com o que está estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e assegura direito à assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.

O projeto é fruto de uma luta de lideranças sociais formada em 2006 que, engajadas no Movimento pela Criação da Defensoria Catarinense, recolheram durante este período as assinaturas. O projeto vai tramitar na Assembleia Legislativa, conforme prevê o regimento, sendo inicialmente apreciado na Comissão de Constituição e Justiça.



Eduardo Guedes de Oliveira

Página 7

Observados pelos deputados, lideranças de movimentos sociais entregam projeto para presidente do Parlamento, deputado Gelson Merisio

### Homenagem à Fundeste, ACIL, aos bombeiros voluntários e escoteiros catarinenses

Eduardo Guedes de Oliveira



Bombeiros voluntários recebem reconhecimento do Parlamento

Páginas 4 e 5

### Primeiro semestre produtivo

Mirian Zomer / Arquivo ALESC

No período de 1º de fevereiro a 24 de junho, o Parlamento aprovou 1.502 matérias. Entre elas, 80 projetos de lei, 13 projetos de conversão em lei e sete projetos de lei complementar. O destaque ficou por conta das propostas de emenda constitucional. Os deputados deram sinal verde para quatro mudanças no texto da Carta catarinense.

As sessões solenes e especiais, no total de 30, prestaram homenagem a personalidades como Zilda Arns, morta num terremoto no Haiti, ao Instituto Estadual de Educação, entre outros.



Público lota galerias do plenário

Página 3

## Parlamento analisou mais de uma centena de projetos no semestre

Ao encerrar o primeiro semestre de atividades deste ano, os deputados estaduais catarinenses registraram uma significativa produção parlamentar. De fevereiro a junho de 2010, tramitaram por esta Casa Legislativa mais de uma centena de projetos, a maioria de autoria dos próprios deputados. A análise e o aprimoramento dessas matérias – feitas através dos trabalhos das comissões permanentes e também das consultas populares em audiências públicas – resultaram na aprovação de 87 propostas de leis e 04 Emendas à Constituição do Estado que beneficiam Santa Catarina nos mais diferentes setores, como o social, o econômico e poder público.

Como de praxe, nem todas as proposições aprovadas pelos parlamentares receberam autorização do Poder Executivo e seus vetos foram, novamente, alvo de discussão do Legislativo. O plenário desta Casa manteve cerca da metade dos vetos encaminhados, rejeitando número similar. Esse equilíbrio demonstra tanto o respeito pelo Poder Executivo, seus argumentos e restrições, quanto a autonomia do Legislativo catarinense, que garantiu a vigência de leis consideradas fundamentais para a população e o Estado.

O primeiro semestre de 2010 também teve como marca uma grande quantidade de manifes-

tações no Palácio Barriga Verde. Servidores públicos e representantes da sociedade civil fizeram do Parlamento catarinense sede de seus encontros, dos debates e da defesa de suas reivindicações. A presença popular nas reuniões de comissões e sessões ordinárias reforça o espaço democrático característico desta Casa Legislativa, que mantém portas abertas a todas as vertentes sociais e políticas.

Outras medidas adotadas pelo Parlamento catarinense também ampliaram o acesso da população às ações da Casa. Desde 27 de maio, a Assembleia Legislativa mantém o espaço da transparência orçamentária e financeira no seu endereço eletrônico oficial: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br). No local estão concentrados dados de despesas e receitas, atendendo às determinações dos artigos 48, 48-A e 73-B, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000). Também foi implantado, através do mesmo site, o sistema Push ALESC, que permite ao usuário receber por e-mail informações sobre matérias de seu interesse. Mediante cadastro do usuário, são informadas movimentações ocorridas durante o processo legislativo até o resultado final.

Ao contrário de outros anos, a Assembleia Legislativa não fará

recesso de 15 dias no mês de julho. Nas próximas semanas serão realizadas 10 sessões ordinárias e mais 05 sessões do calendário especial estabelecido pelos parlamentares em virtude das eleições de 2010. O número de sessões reduz-se em agosto e setembro, para retornar em outubro à normalidade, com média mensal de 12 sessões realizadas. A medida permite que os deputados estejam presentes em suas bases no período pré-eleitoral sem, no entanto, prejudicar o andamento dos trabalhos legislativos.

Também em virtude das eleições deste ano, os veículos de comunicação social do Parlamento sofrem modificações em sua programação. O jornal AL Notícias deixa de circular nos próximos meses, retornando logo após o primeiro turno das eleições. A TVAL traz novos programas, enquanto os espaços de notícias do site oficial e da Rádio ALESC Digital mantêm a divulgação exclusiva dos atos parlamentares. Com essas medidas, ao Assembleia Legislativa resguarda o espírito democrático do processo eleitoral, evitando exposição desnecessária dos parlamentares candidatos e respeitando os limites da legislação eleitoral.

**Deputado Gelson Merisio**  
**Presidente**



## AL Notícias volta após as eleições

O jornal AL Notícias deixa de circular a partir da próxima semana em virtude do período pré-eleitoral, retornando após o primeiro turno das eleições. Mesmo assim, os leitores poderão

continuar acompanhando os trabalhos do Legislativo através do site de notícias, da TVAL e da Rádio Alesc Digital, que podem ser acessados pelo endereço eletrônico - [www.alesc.sc.gov](http://www.alesc.sc.gov)

## Exposição na Galeria Ernesto Meyer Filho

Eduardo Guedes de Oliveira



A artista plástica Iracema Simão, natural de Blumenau, expõe suas telas até o próximo dia 9 na Galeria Ernesto Meyer Filho, na Assembleia Legislativa. As telas retratam paisagens, casarios, igrejas, flores e imagens inconfundíveis como a Ponte Hercílio Luz.

## [ AGENDA ]

• **Dia 02, 14h** - Curso de Especialização em Assessoria Parlamentar  
**Promoção:** Escola do Legislativo  
**Local:** Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 05, 9h** - Seminário sobre Movimentos Sociais com a presença do Secretário Geral do Conselho Latino Americano de Cientistas Sociais, Professor Emir Sader  
**Local:** Clube Recreativo Chapecoense (CRC) - Chapecó

• **Dias 05 a 09, 9h** - Exposição Fotográfica 3º Olhar - Expositora: Sílvia Rebelo  
**Local:** Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 06, 10h** - Audiência Pública sobre as Proposições em encaminhamento pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO, instituído pela Lei 13.553/2006  
**Local:** Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 08, 9h** - Audiência Pública a fim de tratar sobre o impacto na piscicultura catarinense, da importação do peixe Panga, oriundo do Vietnã  
**Local:** Câmara Municipal de Vereadores - Rua Marechal Bormann, 320-E - Chapecó/SC

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)  
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)  
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)  
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)  
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)  
3º Secretário: Valmir Comin (PP)  
4º Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira  
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira  
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

# Semestre de intensos trabalhos

Parlamento aprova 1.502 matérias, com destaque para emendas à Constituição, que ampliaram fiscalização do Legislativo

Jonas Lemos Campos



De 1º de fevereiro a 24 de junho, foram aprovados 13 projetos de conversão em lei, 80 projetos de lei, sete projetos de lei complementar, quatro PECs e 87 pedidos de informação

## Rossana Espezin

O Poder Legislativo aprovou 1.502 matérias, de 1º de fevereiro a 24 de junho. Entre elas, 13 projetos de conversão em lei, 80 projetos de lei, sete projetos de lei complementar, quatro propostas de emenda à Constituição de Santa Catarina, dois decretos do Legislativo, dois projetos de resolução, 49 moções, 375 indicações, 87 pedidos de informação e 868 requerimentos.

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) estão entre as matérias de maior repercussão. Em abril, o Legislativo aprovou

a PEC 01/10, de autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), que alterou a redação do artigo 41. Além da prerrogativa do Parlamento, de convocar secretário de Estado e titulares de fundações, autarquias e empresas públicas para prestar pessoalmente informações sobre assuntos previamente determinados, a matéria incluiu também os titulares de sociedades de economia mista, como a Celesc e a Casan.

A PEC 03/10, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), deu nova redação ao artigo 13 e estabelece que a alienação ou qualquer transferência de con-

trole acionário de empresas públicas depende de autorização legislativa, com posterior consulta popular sob a forma de referendo. A proposta ganhou Emenda Substitutiva Global do deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, que especificou as sociedades de economia mista sujeitas à nova regulamentação: Casan, Celesc e a subsidiária Celesc Distribuição.

A PEC 04/10, de autoria do presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio (DEM), alterou o artigo 40. Desde sua aprovação, toda a alteração estatutária das empresas de economia mista deve ser submetida

à concordância do Legislativo. O voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das sociedades de economia mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização da maioria absoluta dos parlamentares.

Ao enfatizar que a mudança na Constituição catarinense vai proporcionar, no mínimo, R\$ 70 milhões a mais para investimentos na área da saúde, o deputado Dado Cherem (PSDB) teve aprovada a PEC 5/10, de sua autoria. A alteração do Artigo 50 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição determinou que os

gastos com inativos da área da saúde não podem ser computados na apuração do montante mínimo de 12% a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

## Novas Leis

Os 80 projetos de lei aprovados versaram sobre os mais diversos tópicos, entre os quais a cota para estágios na administração pública estadual para deficientes físicos previsto no PL 7/10, de autoria do deputado César Souza Júnior (DEM) e defesa do consumidor, tema do PL 116/10, de autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB).

## MPs atraem servidores públicos

A votação de Medida Provisórias (MP), referentes a cargos e salários de várias categorias de servidores estaduais, provocou frequentes manifestações no Palácio Barriga Verde. Os servidores da Secretaria de Estado da Saúde foram os mais presentes. Eles protestam contra duas Medidas Provisórias encaminhadas ao Parlamento pelo Poder Executivo, em abril. A MP 174/10 que institui gratificação para os servidores de nível superior e a MP 178/10 que autoriza gratificação por produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde.

Durante o semestre, 13 MPs foram convertidas em lei refe-

rentes a diversas instituições, entre as quais o Departamento Estadual de Infraestrutura, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Departamento de Transportes e Terminais, Fundação Universidade de Santa Catarina e o quadro de pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

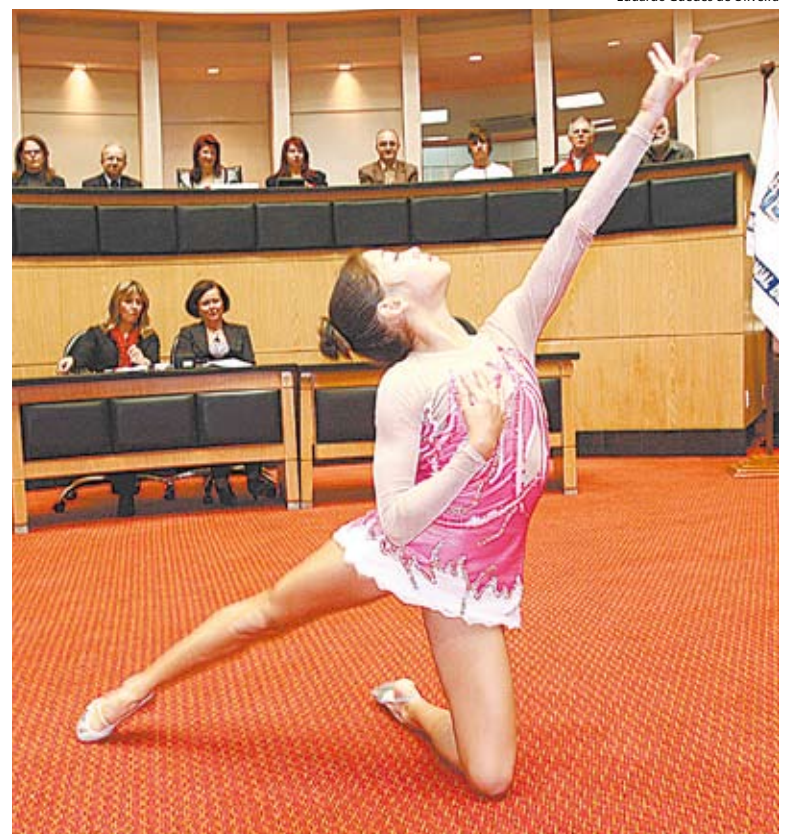
### Homenagens

Durante o primeiro semestre do ano, várias entidades e pessoas foram homenageadas em cerca de 30 sessões solenes ou especiais. A médica catarinense Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança, recebeu homenagem póstuma na sessão solene realizada dia 19 de abril,

em Forquilha, sua terra natal, por proposição dos deputados Jailson Lima da Silva (PT) e Serafim Venzon (PSDB). Outro destaque foi o Instituto Estadual de Educação (IEE), homenageado pelo seus 118 anos, a pedido da deputada Professora Odete de Jesus (PL).

As Comissões Permanentes promoveram mais de 40 audiências no primeiro semestre, sendo que 27 foram realizadas no interior do Estado. Entre elas estão as audiências que convidaram a população a refletir sobre temas de relevância como o avanço do crack – debatido dia 14 de junho, em Jaraguá do Sul – por solicitação do deputado Dieter Janssen (PP).

Eduardo Guedes de Oliveira



Entre sessões solenes e especiais, um dos destaques foi a de 118 anos do IEE

## GERAL

# Reconhecimento aos bombeiros voluntários

Sessão especial ressalta trabalho prestado por anônimos em defesa da vida e do patrimônio dos catarinenses

Lisandrea Costa

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina (Abvesc) foi homenageada em sessão especial, dia 30 de julho, em Florianópolis. Proposta pela bancada do PT, a solenidade foi presidida pelo deputado Reno Caramori (PP). Bombeiros voluntários de todo o estado participaram da sessão.

Em nome dos proponentes da homenagem, o ex-deputado Dionei Walter da Silva (PT) afirmou que a atuação abnegada desses homens e mulheres justifica o reconhecimento do Legislativo. Dionei criticou a tentativa de militarização das corporações de bombeiros voluntários, lembrando que o estado possui tradição na atuação dos voluntários, pioneiros na prestação desse serviço público.

Um dos momentos mais emocionantes da sessão foi marcado pelo depoimento de Tatiane Reichert, sobrevivente da tragédia em Ilhota, em 2008, com os desmoronamentos da região do Morro do Baú. Ela agradeceu a dedicação dos bombeiros voluntários e disse que o povo de Santa Catarina tem com eles uma dívida de gratidão.

Também pediu empenho dos poderes públicos para que as corporações tenham estrutura e condições de trabalho adequadas. "Não podemos mais aceitar que, por falta de estrutura,

o socorro demore a chegar. Desejo que pais e mães nunca mais acompanhem a morte dos seus filhos por falta de condições de socorro."

Após receber a homenagem do Parlamento, o presidente da Abvesc, Ademir Orsi, afirmou que "o modelo de atuação voluntária enfrenta obstáculos impostos pelo corporativismo, na contramão de países de primeiro mundo e de países da América do Sul". Orsi pediu respeito aos voluntários e a criação de mecanismos legislativos para que o modelo possa prosperar. Ao final do pronunciamento, ele entregou ao ex-deputado Dionei Walter da Silva um troféu de amigo dos bombeiros voluntários, como gesto de gratidão pela homenagem recebida.

Os esforços legislativos para apoiar as corporações voluntárias foram destacados pelo deputado Reno Caramori (PP), autor de duas Propostas de Emenda à Constituição, ambas rejeitadas, para estabelecer as atribuições dos voluntários. O parlamentar teve aprovada, esta semana, uma indicação em que pede mudança no parágrafo 2º do artigo 109 da Constituição do Estado, permitindo que entidades privadas de caráter público, que atuam na defesa civil, recebam apoio técnico e financeiro. "Temos a esperança de que o governo entenda o quanto é importante a atuação dos voluntários em Santa Catarina."



Bombeiros mirins fazem simulação de atendimento de primeiros socorros durante a solenidade no Plenário Osni Régis

## Saiba Mais

A Associação Catarinense de Bombeiros Voluntários é formada por 35 corporações, que atendem a 65 municípios e a cerca de 1,5 milhão de pessoas. A corporação pioneira em Santa Catarina e no Brasil foi fundada em Joinville, em 1882, após um incêndio que destruiu um engenho de farinha.

Em Santa Catarina, existem 4 mil bombeiros voluntários, que prestam serviços públicos no atendimento de urgências e emergências, sejam acidentes, incêndios ou calamidades públicas. Cerca de 30% dos municípios de Santa Catarina ainda não estão cobertos por nenhuma corporação de bombeiros.

## Assembleia presta homenagem aos 100 anos do escotismo

Rose Padilha Ferreira

Escoteiros catarinenses, autoridades e convidados participaram, dia 29 de junho, de sessão especial no Plenário Osni Régis, na Assembleia Legislativa, por solicitação do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB). Em destaque, o centenário do escotismo no Brasil, comemorado este ano.

Um vídeo mostrou o movimento no Brasil, que surgiu em 1910, através de oficiais da Marinha Brasileira que voltavam da Inglaterra. Considerada uma das sociedades civis mais antigas do Brasil, com mais de 80 mil adeptos, é um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário, sem fins lucrativos, que surgiu em 1907 por iniciativa do Lord Robert Stephenson Smyth Baden-Powell.

A proposta é o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, para fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, e torne-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. O proponente da sessão saudou os convidados e destacou

que o mundo seria melhor se trilhasse o seu caminho segundo os mandamentos da lei escoteira. Peninha, que recebeu um lenço da União dos Escoteiros do Brasil, disse que não são muitas as organizações que completam 100 anos com o mesmo calor do dia em que foram criadas. "Passam os anos e vocês continuam cada vez

mais ativos na sociedade, sempre fazendo o bem." Também apresentou dados do movimento, que está presente em 216 países, sendo considerado a maior ONG do mundo, com 500 milhões de pessoas. No Brasil são 1.034 grupos, com 60 mil associados, sendo que Santa Catarina é a quarta maior, com mais de 5 mil adeptos.



PropONENTE DA SOLENIIDADE, DEPUTADO PENINHA POSEA COM ESCOTEIROS CATARINENSES

"Nossa homenagem é singela perto do que já fizeram. Continuem a fazer o bem sem olhar a quem e sempre alertas!"

Sílvio Luís Rodrigues, coordenador do Distrito Escoteiro Litoral Sul, falou da honra em receber a homenagem. Emocionado, agradeceu a solenidade. "Que nossos jovens continuem no fir-

me propósito de manter os ideais do nosso movimento". Em seguida, Sido Gessner Júnior, diretor-presidente da Região Escoteira de Santa Catarina, destacou a contribuição do movimento para o desenvolvimento do estado. "Estaremos sempre unidos em prol do mesmo ideal".

## Os homenageados

### União dos Escoteiros do Brasil

Sido Gessner Júnior/Diretor-presidente da Região Escoteira de Santa Catarina

### Unisul

Grupo Empresarial Pedra Branca

### Adherbal Ramos Cabral, representado por Agda Reis

Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina

### Colégio Catarinense

### 63º Batalhão de Infantaria

Instituto Carlos Roberto Hansen

### Deglaber Goulart

Cesar Luiz Belloni Faria, representado por Vicente Pasquali

### Rodolfo Pinto da Luz

UFSC

### Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina

### Base Aérea de Florianópolis

Corpo de Bombeiros Militar de SC

## Parlamento celebra 70 anos da Associação Empresarial de Lages



Deputados Ceron, Elizeu (autor da homenagem) e Reno entregam placa a Amaral

Os 70 anos da Associação Empresarial de Lages (ACIL) foram celebrados, dia 25, no auditório da entidade, em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa, por proposição do deputado Elizeu Mattos (PMDB). A solenidade contou com a participação de empresários e autoridades do município e marcou o início das comemorações alusivas ao septuagésimo aniversário da ACIL.

Como proponente da homenagem, Elizeu Mattos afirmou que a Associação Empresarial de Lages exerce um papel regional de destaque. Ele passou às mãos do presidente Roberto Amaral a sanção da lei de autoria do próprio parlamentar que concedeu à entidade o status de utilidade pública.

Mattos destacou o caráter da ACIL, que não debate os problemas dos empresários individualmente, mas as questões econômicas que dizem respeito ao setor produtivo em geral. "Eu não poderia deixar de fazer essa homenagem nesta data tão especial. Parabéns ao presidente e a todos os empresários que fazem esse trabalho tão importante para a nossa sociedade."

Os deputados Antônio Ceron (DEM) e Reno Caramori (PP) prestigiaram a sessão e cumprimentaram o proponente pela iniciativa, considerando justa e oportuna a homenagem à associação. Ceron elogiou a ACIL pela "participação efetiva, presente e eficiente nos assuntos econômicos de Lages e de toda a região serrana, trabalho feito não apenas pela diretoria atual, mas por todas as outras diretorias que deram sua contribuição ao longo de sete décadas".

Da mesma forma, Caramori destacou o empenho dos empresários que "plantaram o progresso no município".

A homenagem da Assembleia Legislativa foi concedida a Roberto Amaral, em nome da entidade. Durante a solenidade também foram homenageados os ex-presidentes da ACIL, que receberam uma placa dedicada pela entidade, em reconhecimento aos serviços prestados.

Amaral agradeceu ao Legislativo e acentuou a trajetória da organização, que surgiu da vontade e do espírito empreendedor dos primeiros sócios, em agosto de 1940. "Ao longo dessas décadas, a associação modernizou-se e tornou-se o principal fórum de desenvolvimento econômico da serra catarinense, alcançando posição de destaque na região. A ACIL congrega uma extraordinária união de forças em prol do desenvolvimento local. Todas as grandes conquistas da sociedade lageana tiveram a participação efetiva da diretoria da entidade". (Lisandrea Costa)



Roberto Amaral: união de forças



Solenidade reúne autoridades no Clube Recreativo Chapecoense

## Sessão destaca 40 anos da Fundeste

Sessão solene destacou, dia 28 de junho os 40 anos da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), por proposição do deputado Pedro Uczai (PT), no Clube Recreativo Chapecoense. A Fundeste é a mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), do Instituto Goio-En e da Farmácia-Escola Unochapecó.

Fruto de um movimento comunitário da década de 60, com o objetivo de criar uma instituição de ensino superior na região, surgiu oficialmente em 4 de julho de 1970, como instituição pública de direito privado e com gestão comunitária. "A Fundeste nasceu da necessidade de desenvolvimento regional, quando Chapecó e o Oeste catarinense entravam em um círculo virtuoso de desenvolvimento, mas careciam de profissionais qualificados com o ensino superior", disse o reitor da Unochapecó, Odilon Luiz Poli.

Como proponente da homenagem Uczai destacou o mérito da instituição. "Cada ex-aluno, professor e dirigente poderia dar um depoimento para falar sobre o que a Fundeste representa para a sua vida e para o Oeste de Santa Catarina, pela contribuição que esta entidade vem dando ao longo dos anos para a região." Professor do quadro da instituição, ele afirmou que se sente orgulhoso da história da Fundeste e falou de conquistas importantes que mudaram o perfil dos alunos do ensino superior, como foi o caso da

aprovação do artigo 170, que criou bolsas de estudo, possibilitando o acesso de estudantes de baixa renda à universidade.

A professora Arlene Renk, presidente da Fundeste, agradeceu a homenagem. "Chegamos aos 40 anos com muita vitalidade e experiência acumulada. A trajetória dos nossos antecessores serve como base para a tomada de medidas e proposições futuras." Conforme relato da presidente, a Fundeste surgiu em uma conjuntura diversa, em período de ditadura, numa região praticamente isolada geográfica e politicamente. "Mas as conjunturas não determinam destinos e vidas. Com capacidade, organização e discernimento é possível enfrentar as adversidades", frisou.

Para ela, o acesso ao ensino superior foi um componente indispensável ao avanço social. Hoje a Fundeste contabiliza mais de 20 mil profissionais diplomados e comemora o surgimento de mais uma entidade mantida, que é o Hospital Materno Infantil. Outro aspecto destacado foi o esforço da instituição em qualificar o corpo docente. De acordo com o presidente do Conselho Estadual de Educação, Darci Laske, a Unochapecó foi uma das primeiras universidades catarinenses a investir na formação dos professores e a cumprir as metas do Ministério da Educação, no que diz respeito à qualificação dos profissionais. (Lisandrea Costa)



Pedro Uczai: mérito



Professora Arlene: vitalidade

# CCJ rejeita admissibilidade de veto à MP 170

Medida provisória concede gratificação para procuradores, servidores do Iprev, Procuradoria e Secretaria da Administração

Fábio Queiroz



Servidores acompanham decisão do veto na reunião presidida pelo deputado Romildo Titon

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou, na reunião do dia 29, a admissibilidade do veto do governo do Estado à Medida Provisória (MP) 170.

A MP concede gratificação por produtividade para os procuradores do Estado, servidores do Instituto de Previdência de Santa Catarina (Iprev), da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Secretaria de Estado de Administração.

A decisão foi aplaudida pelos servidores que acompanham o trâmite da matéria. A MP segue para votação em plenário nos próximos dias.

## Saúde

Também durante a semana, os deputados se revezaram na tribuna nas sessões plenárias para tratar da situação dos servidores da saúde. Parlamentares reivindicaram que o governo do

Estado reabra as negociações com a categoria, que até o dia 1º mantinha a greve. "O governo precisa dar alguma expectativa de negociação. O Estado não pode fazer de conta que essa crise não existe", disse Décio Góes (PT).

Joares Ponticelli (PP) alertou para tentativas de desmoralizar a categoria e o movimento grevista, "enquanto a Saúde permanece na UTI em Santa Catarina".

Já o deputado Darci de Matos (DEM) apelou mais uma vez para que o governador Leonel Pavan acate a reivindicação de incorporar o abono de 16,76% ao salário dos trabalhadores. "A greve não interessa a ninguém. Os servidores precisam e merecem esse gesto do governo do Estado, que fará justiça aos funcionários públicos", enfatizou.

Ainda em relação ao abono dos servidores da Saúde, a deputada Ana Paula Lima (PT) foi mais

enfática do que os parlamentares que a antecederam na tribuna. Afirmou que "o governo mente que a incorporação é ilegal. Continua mentindo quando não negocia e não dá retorno às reivindicações da categoria. Enquanto isso, a população sofre com a deficiência no atendimento de saúde. A incorporação do abono é legal, a categoria não abrirá mão da luta, nem da dignidade de cada um e de cada uma".

Da mesma forma, a deputada Angela Albino (PCdoB) cobrou uma posição mais dura da Assembleia Legislativa em relação ao governo do Estado.

"Se a Assembleia quer realmente a incorporação do abono, precisa trancar a pauta de votações dos projetos do governo, pelo menos enquanto ele não abrir a negociação." Ela disse ainda que os jornais estão criminalizando o movimento dos trabalhadores em greve.

## Comissão de Finanças dá sinal verde para Ferrosul

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovou dia 30 o Projeto de Lei 109/2010, que autoriza o governo do Estado a participar da composição acionária da Ferrovia de Integração do Sul (Ferrosul), junto com os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O projeto de autoria do deputado Pedro Uczai (PT) já tinha sido aprovado dia 29 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora segue ao Plenário.

O Projeto de Lei 18/10, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), altera a Lei 14.953/09. O PL dispõe sobre medidas contra a prática de trotes telefônicos dirigidos a determinados órgãos. O PL 437/09, de autoria do deputado Carlos Chiodini (PMDB), cria o cadastro para bloqueio de re-

cebimento de mensagens em aparelhos de telefonia móvel que tenham como objetivo a oferta de produtos e serviços. O texto recebeu emenda substitutiva global da deputada Professora Odete de Jesus (PRB), que estendeu a proibição à telefonia fixa e endereços eletrônicos.

A Comissão de Finanças aprovou ainda a realização de audiência no município de Xanxerê, dia 12 de julho, proposta pelo deputado Marcos Vieira.

Na ocasião será debatida a reversão de doação de imóvel realizada pela prefeitura à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab). A prefeitura alega que a doação aconteceu há 15 anos e até agora não foram construídas as unidades habitacionais.

## Zenatti assume no lugar de Guidi

Jonas Lemos Campos



Chiquinho Zenatti: dois meses

A sessão plenária do dia 1º teve como destaque a posse de Altair Domingos Zenatti (PPS) como deputado. Nascido no município de Modelo, onde foi vereador e prefeito, Chiquinho Zenatti, como é mais conhecido, ocupa por dois meses a vaga do deputado licenciado Altair Guidi (PPS). Da tribuna, o novo parlamentar agradeceu a oportunidade e foi saudado pelos demais deputados.

## Segurança Pública debate PEC que amplia competência na atividade de bombeiro

Fábio Queiroz



Cobalchini: harmonia

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), dedicou a reunião do dia 30 de junho ao debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 7/10, de autoria do deputado Valdir Cobalchini (PMDB). A PEC altera a redação do Capítulo IV, do Título V, da Constituição do Estado de Santa Catarina, que trata do corpo de bombeiros civis voluntários, estendendo competências até agora exclusivas aos bombeiros militares. O assunto dividiu opiniões e foi debatido na presença do comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Santa

Catarina, coronel Álvaro Maus, do representante da OAB-SC, Juliano Keller do Valle, do secretário executivo da Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina – ABVESC, Aldair Amâncio Faria, e do ex-deputado Dionei Walter da Silva (PT). Também participaram da reunião representantes das duas categorias.

Cobalchini defendeu sua proposta afirmando que o objetivo é buscar a harmonia entre os bombeiros militares, comunitários e voluntários e manter a alta credibilidade da instituição. Ele lembrou que já passaram pela Casa

propostas semelhantes, como a do deputado Reno Caramori (PP) e do ex-deputado Dionei Walter da Silva, que defenderam a PEC 7/10. "Precisamos achar um caminho para que todos possam trabalhar de formar harmoniosa. Esse impasse já dura 20 anos", afirmou o deputado Reno Caramori (PP).

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que já ocupou o cargo de secretário de estado de Segurança Pública, defendeu a solução dos confrontos sem alterar a Constituição de Santa Catarina. Na opinião do parlamentar, "os voluntários não deveriam querer assumir a

responsabilidade de vistorias e outras atividades hoje exclusivas ao bombeiro militar, se não contam com suporte jurídico para casos de ações judiciais".

O comandante Álvaro Maus disse que é possível promover parcerias entre voluntários e militares. Lembrou que elas já funcionam em diversos municípios e podem ser ampliadas.

O deputado Kennedy Nunes (PP) propôs a realização de uma audiência com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. A proposta foi aprovada, com data a ser definida.

## PLENÁRIO

# Iniciativa popular pede Defensoria Pública

Mais de 48 mil pessoas assinam projeto a tramitar no Legislativo

Eduardo Guedes de Oliveira



Estudantes de Direito lotam galerias apoiando o projeto que prevê implantação de assistência jurídica a necessitados

Com o lema "Defensoria Pública para quem precisa, justiça para todos", representantes de movimento sociais e populares entregaram, dia 30 de junho, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular a tramitar no Parlamento catarinense, assinado por mais de 48 mil cidadãos. Ano passado, foi protocolada idêntica iniciativa para fixar um salário mínimo regional, retirado diante da apresentação de projeto de igual teor de origem do Executivo.

A matéria prevê a implantação da Defensoria Pública no Estado de acordo com o que está estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e assegura direito à assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. A conquista é fruto de uma luta de lideranças sociais deflagrada em 2006, que engajadas no Movimento pela Criação da Defensoria Catarinense recolheram durante este período as assinaturas. O projeto vai tramitar na Assembleia Legislativa, conforme prevê o regimento, sendo inicialmente apreciado na Comissão de Constituição e Justiça.

Ao receber o PL, o presidente do Poder Legislativo, deputado Gelson Merisio (DEM), em acordo com os demais líderes, interrompeu a sessão plenária para que o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Luis Machado de Castro, falasse em nome de todos os integrantes do movimento. Considerando um direito sonegado aos catarinenses, sendo que Santa Catarina é o único estado brasileiro que não possui Defensoria Pública, Castro mencionou que a reivindicação para implantação da Defensoria Pública segue os

molde da legislação vigente.

De acordo com o presidente da Anadep, a Defensoria a ser implantada em Santa Catarina vai prestar, de forma descentralizada, a orientação jurídica e defesa em juízo dos direitos coletivos e individuais de pessoas carentes; assessorar juridicamente grupos, entidades e organizações não-governamentais, em especial aquelas de defesa dos direitos humanos, do direito das vítimas de violência, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, portadores de deficiência,

## Trabalho envolve 100 mil pessoas

Na oportunidade, Ivone de Moraes, representante da Pastoral da Terra, frisou que o esforço do trabalho atingiu aproximadamente 100 mil pessoas que, envolvidas no debate, colaboraram para que os catarinenses possam desfrutar futuramente deste direito.

"Com a iniciativa estamos abrindo as portas da Justiça que há 21 anos estão fechadas para os catarinenses. Cumprimos nossa parte, e hoje estamos aqui entregando oficialmente as assinaturas e o projeto. Agora solicitamos que o Parlamento coloque o PL em tramitação visando sua aprovação ainda este ano", frisou.

Sobre a iniciativa, o deputado Pedro Uczai (PT) afirmou que os movimentos populares utilizaram-se de um instrumento previsto na Constituição, face à ausência de uma iniciativa do Estado. "Agora, cada parlamentar vai ter que dizer se quer ou não que Santa Catarina continue sendo o único estado brasileiro que não possui Defensoria Pública".

A deputada Angela Albino (PC

povos indígenas; atendimentos interdisciplinares realizado por defensores, psicólogos e assistentes sociais; promover a difusão do conhecimento sobre os direitos humanos, a cidadania e o ordenamento jurídico; promover a participação da sociedade civil na formulação do Plano Anual de Atuação da instituição, por meio de conferências; implantar ouvidoria externa, com representação no Conselho Superior, além de autonomia orçamentária e financeira, bem como autonomia administrativa.

do B) lembrou que a criação da instituição é essencial para o combate à violência contra as mulheres, uma vez que a Lei Maria da Penha tem sete artigos que pressupõem a existência da Defensoria para que possam ser aplicados. "Não nos serve punir o agressor, queremos que não haja agressão, por isso precisamos da Defensoria Pública."

O deputado Dirceu Dresch (PT) também parabenizou os movimentos populares pela mobilização que resultou nas 48 mil assinaturas, medida que, segundo ele, forçará o Estado a defender as pessoas que mais precisam.

Dresch comentou que a Defensoria Pública Federal fará mutirões carcerários em Santa Catarina, nos presídios de Itajaí, Curitiba, Balneário Camboriú, Chapecó e Blumenau, até novembro, justamente porque muitos presidiários não têm acesso à defesa. "Esta é uma luta pela defesa dos direitos dos que mais necessitam, mas também é uma luta pelo fortalecimento do Estado no cumprimento de suas atribuições."

APROVADOS

## Dengue com dias contados

Por unanimidade, foi aprovado dia 29 de junho o Projeto de Lei nº 31/2010, do deputado Dado Cherm (PSDB), que determina que empresas como ferros velhos, transportadoras de carga, lojas de material de construção, borracharias e recauchutadoras adotem medidas para evitar a formação de criadouros dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, potencialmente transmissores da dengue. O projeto segue para o Executivo.

A proposição baseia-se no artigo 196 da Constituição, que determina que o Estado implemente políticas públicas visando à prevenção do risco de doenças, intervindo nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens.

Segundo Dado, atualmente os problemas sanitários são essencialmente públicos, revelando a crescente importância das condições ambientais na determina-

ção da saúde da população. "Não podemos omitir a grave situação que vivenciamos, relacionada a moléstias infecciosas transmitidas por vetores. Isso está ligado diretamente com o processo generalizado de urbanização e da vida social."

Pela nova lei, as empresas que não cumprirem as recomendações sanitárias podem receber desde uma advertência até a suspensão temporária ou total de funcionamento.



Dado: problemas públicos

## Diploma em Gestão Pública



Uczai: questão legal

cidos pelo Ministério da Educação. O parlamentar explica que a medida fará justiça aos estudantes que se preparam para trabalhar na gestão pública em Santa Catarina, além de corrigir uma questão legal, pois já existe norma específica que equipara os cursos de tecnólogos aos de graduação para efeitos de exigência de diplomação.

"O curso de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivo formar profissionais preparados para atuar na gestão estatal, qualificados para compreender sistemicamente a função do serviço público, traçar e implementar estratégias de gestão, gerenciar programas, projetos, liderar equipes e ser agente empreendedor de desenvolvimento", destaca Uczai.

Aprovado em Plenário dia 29 o Projeto de Lei nº 12/2010, do deputado Pedro Uczai (PT), que assegura o acesso aos cargos de Classe IV, previstos no Plano de Cargos e Vencimentos da administração direta e indireta do Executivo, aos portadores de diploma em curso de Gestão Pública, devidamente reconhe-

## Produtividade médica

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) teve aprovado, dia 29, Projeto de Lei nº 45/10, com objetivo de evitar interpretações dúbias quanto à aplicação da Lei nº 15.080, de 4 de janeiro de 2010. A lei redefine os critérios de concessão da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica.



Aguiar: interpretação

## GERAL



Cleia Maria Braganholo



Solon Soares

Responsável por 37% dos empregos e 42% das exportações, o agronegócio responde por 33% do PIB brasileiro; sucesso está alicerçado especialmente na avicultura e suinocultura

# Equilíbrio entre produtor e agroindústria

Plano estratégico deve ser elaborado para reduzir atrito na relação entre agricultores e empresários

## Alexandre José Back

Representantes de produtores rurais e agroindústrias definiram, dia 30, em audiência pública, a necessidade de elaboração de plano estratégico para os próximos anos, garantindo uma relação de equilíbrio para o setor. A reunião foi realizada na sala das Comissões da Assembleia Legislativa, atendendo requerimento do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), e presidida pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB).

Para Francisco Turra, presidente da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), governantes ainda não têm a compreensão exata da im-

portância do setor agropecuário para o país. "Atualmente o agronegócio é responsável por 37% dos empregos gerados e 42% das exportações, perfazendo 33% do PIB brasileiro". Turra, que já foi ministro da agricultura no governo Fernando Henrique Cardoso, acrescentou que grande parte dessa riqueza provém da avicultura e suinocultura, fontes de renda geradas a partir de pequenas e médias propriedades, em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. "A integração entre produtores rurais e agroindústrias proporciona isso, mas precisamos aprimorá-la".

Nesta relação, os produtores rurais recebem aves e suínos ainda filhotes, sendo

remunerados pela tarefa de criá-los em suas granjas, até que as empresas os retomem para o abate.

Por não haver regulamentação específica, a atividade tem sido fonte de atrito, prejudicando o setor. Enquanto alguns a vêem como uma relação patrão-empregado, outros a definem como uma quase sociedade. É o que defende Ricardo Gouvêa, diretor do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina (Sindicarnes). Segundo Gouvêa, não há relação de prestação de serviço, mas uma parceria. "Não há subordinação, nem fixação de salários, fundamentais em um sistema patrão-empregado. Esse é também

o entendimento de diversos tribunais do trabalho espalhados pelo país", observou. Ele defende ajustes na parceria, principalmente em relação a garantias de rentabilidade para o produtor, deixando os contratos firmados entre as partes mais acessíveis. "Devemos enxergar a cadeia produtiva como um todo, tornando todos os elos fortes". Essa também é a visão de Oreste Guerreiro, presidente da Cooperativa Regional dos Produtores de Aves e Suínos (Cooperavisu), de Joaçaba, que possui 3.200 produtores associados. "Precisamos criar um modelo que atenda às necessidades dos integrados, para que se sintam seguros na atividade."

Eduardo Guedes de Oliveira

## Parceria em nome da cadeia produtiva

Ricardo Gouvêa, diretor do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina (Sindicarnes), defendeu que a regulamentação englobe também a relação de trabalho entre os integrados e seus empregados, que lidam diariamente nas granjas. "Precisamos ficar atentos também a esse aspecto, pouco lembrado, por isso levei o problema à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados." Para ele, todas as empresas devem manter esse diálogo com seus produtores. "Temos as maiores agroindústrias do mundo, mas precisamos que os produtores também se orgulhem de fazer parte desta cadeia produtiva", finalizou.

Waldemar Kovaleski, presidente do Sindicato dos Criadores de Aves de SC (Sin-craves) destacou pontos que devem ser trabalhados: renda, investimento, relação entre as partes, responsabilidade e crescimento. "Precisamos estar preparados para garantir a sobrevivência do negócio e isso só conseguiremos com responsabilidade e criatividade." Para Kovaleski, a implementação de melhorias implicará custos, mas que devem ser irrelevantes se comparados aos

ganhos. "Os produtores rurais não têm condições de arcar com todos os custos a que estão submetidos hoje. As agroindústrias devem fazer dele um parceiros", observou.

Enori Barbieri, secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, reconheceu que o mercado agroindustrial está muito competitivo e que muitas empresas e produtores não têm conseguido se adaptar. Barbieri afirmou que o governo tem estudado medidas que beneficiem o setor, como um programa de redução da tarifa de energia elétrica para o período noturno, a exemplo do que acontece no Paraná. "O importante é mantermos sempre um canal aberto para o diálogo."

Clever Ávila, presidente da Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), afirmou que um planejamento de longo prazo deve impedir que as agroindústrias migrem para outras regiões brasileiras, como o Centro-Oeste. Também preocupado com a perda de investimentos, o deputado Moacir Sopelsa advertiu que Santa Catarina corre o risco de se transformar em um estado demasiadamente focado na preservação ambiental.



Requerida pelo deputado Sopelsa, reunião foi presidida pelo deputado Rogério Mendonça